

---

## **Comunicação de Interesse Público: interação na busca da consciência crítica em face aos direitos trabalhista e previdenciário<sup>1</sup>**

Regiane M.S. Bianchini<sup>2</sup>  
Sérgio Corrêa<sup>3</sup>

(Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Mestrado Profissional)

### **Resumo**

O artigo tem como objetivo principal realizar uma análise do conteúdo da divulgação de pautas jornalísticas, com enfoque na comunicação de interesse público, a partir do anúncio realizado por centrais sindicais, de modo específico a Central Única dos Trabalhadores (CUT), para conclamar trabalhadores em todo o país a participarem da Greve Geral, realizada no dia 28 de abril de 2017. A análise baseia-se em matérias e entrevistas publicadas em jornais impressos de maior representatividade na região do ABC paulista, a partir das divulgações oficiais do Sindicato dos Professores do ABC (Sinpro ABC), com o intuito de mobilizar seus *stakeholders* pela defesa dos direitos trabalhistas e previdenciário. Ao final, este trabalho apresenta as diferenças editoriais nas matérias face ao que foi divulgado pelo Sinpro ABC no período.

**Palavras-chave:** comunicação de interesse público, paralisação, Sinpro ABC.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP, XVII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Regiane M.S. Bianchini mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de São Caetano do Sul (USCS)

<sup>3</sup> Sérgio Corrêa mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de São Caetano do Sul (USCS)

## **Introdução**

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) fez uma campanha de divulgação sobre a paralisação proposta para o dia 28 de abril de 2017, com o objetivo de mobilizar todas as categorias de trabalhadores do país a aderirem ao movimento de rejeição às mudanças propostas pelo governo, tanto na reforma da Previdência, como na reforma Trabalhista, que inclui a terceirização na pauta de votação do Congresso Nacional.

Este trabalho é segmentado na atuação dos professores e professoras da rede particular de ensino nas cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, com Instituições Educacionais que versam da Educação Infantil ao Ensino Superior, passando pelas esferas da Educação Fundamental e Ensino Médio. Em contrapartida, o estudo analisa a receptividade pela mídia da comunicação de interesse público, realizada pelo SINPRO ABC na mobilização da categoria.

A centralidade das informações encontra-se nas divulgações oficiais do Sindicato dos Professores do ABC (Sinpro), por meio da mídia impressa (boletins e panfletos); mídia digital (*website*) e rede social (*Facebook*), para mobilizar seus *stakeholders* na luta pela defesa dos direitos trabalhistas, garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e previdenciário.

## **País dividido com ideais cruzados**

No decorrer da campanha eleitoral em 2014, rumo à presidência da república, os brasileiros se depararam com um impasse que dividia o País. De um lado defensores de uma política que dava continuidade a um governo eleito há doze anos, com vistas para a inclusão social, e de outro, uma proposta de administração com características neoliberais<sup>4</sup>, baseada no combate à corrupção instituída entre os políticos que davam suporte ao então governo.

O futuro presidente teria a tarefa de unir a Nação em torno de um projeto que agregasse o crescimento econômico, passando por projetos sociais com vistas à inclusão social, e que fosse ao encontro rigoroso no combate à corrupção. No final da disputa eleitoral, o resultado das urnas apontou a vitória de Dilma Rousseff (PT) com

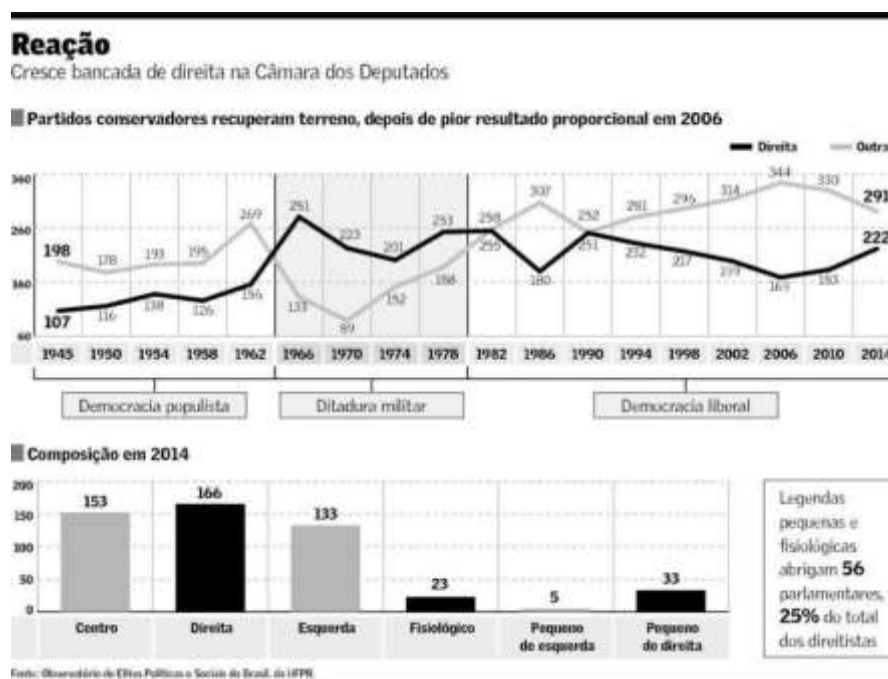
---

<sup>4</sup> Neoliberal - doutrina, desenvolvida a partir da década de 1970, que defenda a absoluta liberdade de mercado e uma restrição à intervenção estatal sobre a economia, só devendo esta ocorrer em setores imprescindíveis e ainda assim num grau mínimo.

54.501.118 votos, contra 51.041.155 do opositor Aécio Neves (PSDB). Se verificarmos os números em porcentagem a diferença entre os dois candidatos foi de 3,28%, sendo 51,64% para Rousseff e 48,36% para Neves, segundo dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral. No entanto, a insatisfação com o resultado das eleições presidenciais, por parte dos eleitores e políticos que apoiavam Aécio Neves e a divisão de opiniões na preferência do eleitorado, travou uma batalha política no País.

Outro ponto determinante no pleito de 2014, dessa vez para deputados e senadores, foi a mudança de perfil nas lideranças partidárias. De acordo com avaliação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) a atual formação do Congresso Nacional, apresentou a escolha de políticos conservadores com relação às conquistas trabalhistas, em detrimento ao mercado empresarial, conforme quadro a seguir.

Figura 1. Comparativo bancada na Câmara dos Deputados



Fonte: Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil, da UFPR<sup>5</sup>

Segundo dados do Diap, houve uma redução de 47% dos deputados da bancada sindical de 2010 para 2015, o que foi de suma importância no processo legislativo de retirada de direitos da classe trabalhadora, tais como os projetos de reforma da previdência e da reforma trabalhista.

## **Impeachment de Dilma Rousseff**

Depois da reeleição de Dilma Rousseff foram um ano e quatro meses de governo dividido. Esquemas de corrupção sendo revelados em delações de empresários e políticos que depunham na “operação Lava Jato”<sup>6</sup>, amplamente divulgada pela mídia hegemônica, que segundo Gramsci, não é “alcançada e consolidada somente por meio da comunicação” (SILVA, 2012), influenciaram a opinião pública contribuindo para a abertura do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Diversas manifestações de rua a favor e contrárias ao impedimento ocorreram por todo o país entre 2015 e 2016, sendo o fato consolidado em 12/05/16, quando o plenário do Senado aprovou por 55 votos a 22 a abertura do processo de impeachment afastando a presidenta do cargo até a conclusão das investigações. Em 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff deixa a presidência da República.

Em meio a uma crise política, econômica e social, o Brasil vive um dos episódios mais funestos dos últimos 15 anos, desde o afastamento do ex-presidente Fernando Collor de Melo <sup>7</sup>, em 02 de outubro de 1992. Notificado pelo Senado da decisão, (12.05.2016) o primeiro ato do presidente interino, Michel Temer, foi anunciar o novo ministério, alvo de críticas dos movimentos sociais e sindicais, pela escolha de nomes ligados somente ao mercado empresarial, pelos movimentos feministas, devido à falta de representatividade de mulheres e pelos movimentos étnicos, já que a nova equipe também não tinha nenhum representante negro na sua composição. O novo ministério também foi alvo de críticas por parte da sociedade pelo envolvimento de diversos ministros em casos de corrupção no País. O então presidente assume interinamente o comando da Nação com o discurso de que seu mandato seria de um governo reformista.

Em 31 de agosto de 2016, Michel Temer assume efetivamente o cargo de presidente do Brasil, em cerimônia de posse no Congresso Nacional, devido à condenação de Dilma Rousseff no julgamento do processo de impeachment. Com doze

---

<sup>6</sup> Conjunto de investigações em andamento pela Polícia Federal, que cumpriu mais de mil mandados de busca e apreensão, prisão temporária, prisão preventiva e de condução coercitiva, visando apurar um esquema de lavagem de dinheiro que movimentou bilhões de reais em propina. Investiga crimes de corrupção ativa e passiva.

<sup>7</sup> O processo de impeachment de Fernando Collor foi o primeiro processo de impeachment do Brasil e da América Latina, resultando no afastamento definitivo de Collor do cargo de presidente da república, envolvido em esquema de corrupção e tráfico de influência.

meses de mandato o governo Temer enfrentou dezenas de protestos, manifestações, paralisações, greve da educação e greve geral, devido suas propostas que afetariam diretamente à classe trabalhadora, como as reformas da previdência e trabalhista.

### **Comunicação de interesse público na esfera sindical**

Boletins impressos sempre constituíram o universo comunicacional das centrais sindicais com seus associados, bem como com o público em geral. Distribuídos em pontos específicos, passaram a integrar material esperado também por jornalistas, que têm em seu conteúdo matéria-prima para a condução de pautas nas redações. Durante décadas, especialmente nos anos 1980 e 1990, quando o advento da internet ainda não operava com força e abrangência geográfica o País, esta foi a fórmula mais utilizada pelas categorias de metalúrgicos, bancários, metroviários, professores, entre outras.

Ao mesmo tempo, as áreas de comunicação do setor sindical passaram a desenvolver veículos diferenciados para divulgação da “pauta do dia”, sempre com o viés da comunicação de interesse público. Foram criadas publicações sofisticadas *tailor-made*<sup>8</sup>, como os *house organs*, além de tevês corporativas, que passaram a ter importância estratégica em paralisações, manifestações e campanhas salariais, assumindo ainda o papel de porta-vozes de uma associação de classe, no caso os sindicatos. Como afirma Brandão (2007), a comunicação organizacional tem como característica, “tratar a comunicação de forma estratégica e planejada, visando criar relacionamentos com os diversos públicos e construir uma identidade e uma imagem dessas instituições, sejam elas públicas e/ou privadas”.

E com a comunicação sindical, o cenário não foi diferente. Em termos de abrangência e comunicação de interesse de seu público, bem como para mobilização social, houve notável evolução em inovação de canais eletrônicos, com o propósito de aproximar-se de seus públicos de interesse, mobilizar categorias em torno de uma pauta de reivindicações, bem como ampliar sua base de associados. Assim, os sindicatos passaram a integrar um time de destaque da comunicação organizacional contratando profissionais experientes que instituíram páginas oficiais na web, ampliaram presença em redes sociais, dando continuidade à comunicação para cidadania e estabelecendo um diálogo direto e eficaz com seus *steakholders*.

---

<sup>8</sup> *tailor-made*: personalizado, sob medida (tradução nossa)

---

Conforme avalia MORAES (2000) “a militância *on-line* vem alargar a teia comunicacional planetária, usufruindo de uma das singularidades do ciberespaço: a capacidade de disponibilizar, em qualquer espaço-tempo, variadas atividades, formas e expressões de vida, esse ciberespaço direciona a comunicação tornando-a onipresente no espaço ocupado pelo receptor/emissor.”

As organizações sindicais de trabalhadores, de modo particular o Sindicato dos Professores do ABC, têm estabelecido um canal de comunicação direto para divulgar notícias de interesse público, o que na interpretação de Maria José da Costa Oliveira, consiste em:

[...] organizações privadas que se inserem na esfera pública, sendo impactadas e gerando impacto nos demais elementos constituintes de tal esfera, sejam eles organizações da sociedade civil ou grupos que defendam interesses diversos. (OLIVEIRA, 2013, p. 16)

No caso específico das centrais sindicais na mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras em defesa dos direitos trabalhistas e previdenciário, o SINPRO ABC, filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), interagiu com a base associada utilizando a confecção de boletins e cartilhas sobre os temas em questão. Nas propostas de reforma trabalhista e reforma previdenciária, feitas pelo governo federal para modificar a legislação, o Sindicato dos Professores do ABC, através de material próprio (impresso) produzido pelo departamento de comunicação do SINPRO, explicitou as possíveis mudanças na lei com base nos indicativos de Michel Temer para reduzir direitos dos trabalhadores e fez uma análise crítica dos impactos que elas ocasionariam na vida profissional e pessoal dos docentes, caso as reformas fossem aprovadas pelo poder legislativo.

Nesse contexto de interação entre emissor e receptor, sendo travado um canal de comunicação e não só de informação, quando apenas se transmite dados, sem a recíproca e explicitação de opinião por parte do receptor, Lopez (2003, p.1 apud KOÇOUSKI, 2013) retrata que a “[...] comunicação pública nasce da relação que existe entre a comunicação e a política, considerando que o público é aquilo que é de todos e que a política é tida como a arte de construir consensos”.

Todo emissor, quando reproduz o conhecimento adquirido analisa, processa e interpreta seu objeto, de acordo com conceitos estudados e avaliados anteriormente,

segundo um ponto de vista e uma interpretação crítica e pessoal, onde, além dos fatos, os sentimentos e impressões pessoais são transmitidos na mensagem, conforme relata POTTER (2013, p. 327) “O emissor coloca ideias ou sentimentos de forma a serem transmitidos e é responsável pela exatidão de seu conteúdo e tom emocional”. Por outro lado, o receptor da mensagem comunicada também avalia, analisa e processa a informação mediante seus conceitos e interpretações como avalia POTTER (2013, p.327) “A mensagem do emissor atua como um referente para o receptor, que é responsável por receber e interpretar a mensagem do emissor”.

O trabalho de informação e comunicação entre o SINPRO ABC e a base filiada concretizou-se na conscientização da categoria sobre as reformas da previdência e trabalhista e seus prejuízos para os docentes. Como o assunto traz impacto social, político e econômico, interferindo diretamente na vida da classe trabalhadora, as centrais sindicais uniram-se sob esse denominador comum, conclamando uma greve geral, com a adesão de toda a sociedade, para se posicionarem contrárias às reformas propostas pelo governo Temer, no documento intitulado “Ponte para o Futuro”<sup>9</sup>, que contou com o apoio da base governista no Congresso.

Em torno desse objetivo é importante destacar a contribuição de Gamson (2011, p.25, apud OLIVEIRA, 2013, p.17) ao referir-se sobre a manifestação de grupos de pessoas em torno de temas políticos: “as pessoas não são tão passivas, como muitas vezes estudiosos supõem; as pessoas não são tão estúpidas; as pessoas negociam com as mensagens da mídia de maneira complexa, que varia de uma questão para outra”.

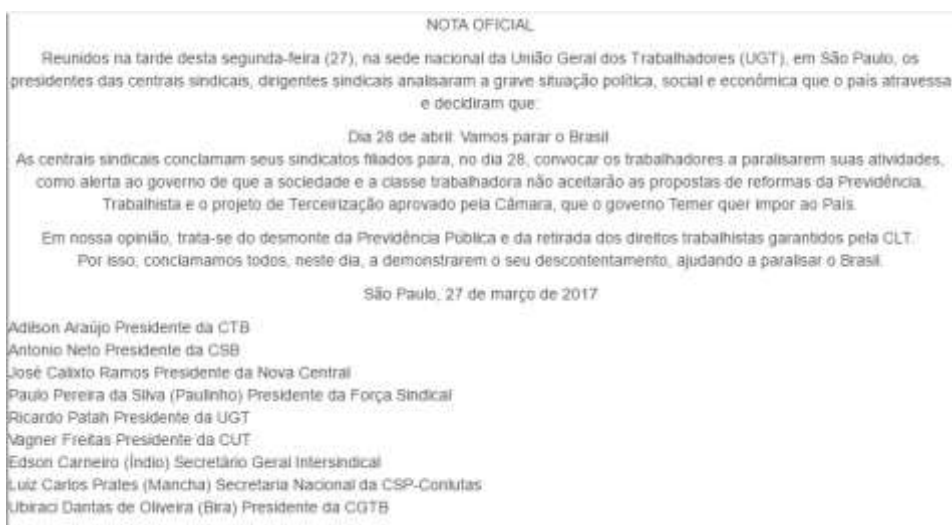
### **CUT orienta a base sindical**

A oficialização do movimento ocorreu no dia 27 de março de 2017, com a divulgação de uma nota nos veículos segmentados de comunicação sindical noticiada também pela grande imprensa ao público massivo conforme documento a seguir:

---

<sup>9</sup> Ponte para o Futuro: Documento lançado pelo PMDB, em outubro de 2015, para o país superar a crise econômica. O documento dá ênfase à necessidade de ajuste fiscal e flexibilização do Orçamento.

**Figura 2. Comunicado Oficial das Centrais Sindicais**



Fonte: Página do SEEB<sup>10</sup>

Desde que foi conclamada a greve geral pelas centrais sindicais, o departamento de comunicação da Central Única dos Trabalhadores – um dos objetos de estudo desse artigo - emitiu 61 destaques no site oficial da entidade, entre os dias 27/03/17 – data de divulgação da nota oficial convocando os trabalhadores para a greve geral e 05/05/17 – data do balanço oficial de participação na greve geral, com informações sobre o movimento e materiais explicativos sobre a reforma da previdência e a reforma trabalhista para municiar os sindicatos filiados à Central no processo de conscientização dos profissionais sobre os prejuízos que as tais reformas causariam aos trabalhadores e trabalhadoras.

O Sindicato dos Professores do ABC, seguindo a orientação determinante das centrais sindicais, intensificou massivamente o processo de luta em defesa das conquistas trabalhistas garantidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), propondo a realização da Greve Geral na categoria, por “Nenhum direito a menos”, conforme analisa QUEIROZ (2017, p. 7).

O movimento sindical, como instrumento de defesa dos direitos e interesse da coletividade, em geral, e da classe trabalhadora, em particular, foi uma das conquistas do processo civilizatório, de um lado porque atua para promover melhor distribuição de renda, combatendo a desigualdade social, dentro do regime democrático no sistema capitalista, e, de outro porque reconhece a existência do conflito e permite a sua solução de forma negociada, mediante regras

<sup>10</sup> Disponível em: <http://www.seebgaranhuns.com.br/convenios/2-uncategorised/13327-centrais-convocam-greve-para-28-de-abril-contraterceirizacao-e-reformas-da-previdencia-e-trabalhista>. Acesso em jun. 2017.



---

e procedimentos quase sempre protegidos por lei. (QUEIROZ, 2017, p.7)

O SINPRO ABC utilizou todos os canais de comunicação da entidade para divulgar o movimento grevista e informar os *stakeholders* sobre os motivos para a realização da greve geral. Em sintonia com a proposta de paralisação da Central Única dos Trabalhadores, ao qual o SINPRO ABC é filiado, as reportagens, entrevistas, notas e comunicados divulgados pela mídia eletrônica (*site*), redes sociais (*facebook*) e boletins impressos do sindicato foram formatados com os temas que originaram a greve geral: a reforma da previdência e a reforma trabalhista.

Inseridos em um “calendário de Lutas” divulgado pelas centrais sindicais, o mês de abril foi marcado por assembleias, reuniões, plenárias e manifestações em Instituições de Ensino Privado nas cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, base dos docentes filiados ao Sindicato dos Professores da rede particular de ensino do ABC.

No dia 08 de abril, a direção do SINPRO ABC convocou uma assembleia para que os professores e professoras deliberassem sobre a greve geral. Por unanimidade, os docentes referendaram a participação junto ao movimento que consagrou o slogan: “Por nenhum direito a menos!”

Desde o dia em que as centrais sindicais deflagraram oficialmente a greve geral, 27/03/2017, o departamento de comunicação do Sindicato dos Professores do ABC publicou 26 destaques comunicativos (reportagens, entrevistas e informes) no site da entidade e as matérias também foram divulgadas em sua rede social (*facebook*) – de 27/03 a 05/05 -, além de um boletim impresso, distribuído em Instituições de Ensino da rede privada, centros comerciais e terminais rodoviários e ferroviários das cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

De acordo com Koçouski (2013), o jornalismo ainda é a área que mais se aproxima do interesse público, por sua natureza, enquanto as relações públicas e a publicidade seriam menos próximas, por serem mais voltadas aos aspectos mercadológicos e de persuasão na comunicação. Ainda assim, nota-se uma dicotomia entre o que é definido como informação ‘atraente’ para o *stakeholder* em detrimento da informação voltada ao direito à cidadania, enquanto formadora de opinião, mobilizadora social e prestadora de serviços.

Esta segmentação foi observada nas matérias relativas à paralisação dos professores, publicadas em quatro jornais de maior abrangência e circulação da região do Grande ABC, especificamente nas cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, nas quais o Sindicato dos Professores de Escolas Particulares tem maior capilaridade e número de associados.

### **Recorte para a análise**

O recorte do período a ser analisado se deu entre os dias 28 de março e 30 de abril de 2017, considerando o período em que os jornais da região do ABC Paulista fizeram a divulgação do convite à população para a paralisação, que ocorreu no dia 28 de abril de 2017, e a repercussão do ato nos dias seguintes.

No total, foram analisadas 66 notícias divulgadas nos jornais ABCD Maior, Destak ABC, Diário do Grande ABC e Metro-Grande ABC, com enfoque voltado à paralisação dos trabalhadores, mais especificamente, para a categoria dos professores das cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, região em que o Sindicato dos Professores atua.

Nota-se que os jornais relacionados contam, na maioria das vezes, com material de agências de notícias, como o Estadão Conteúdo, com materiais divulgados pelas assessorias de imprensa e com informações emitidas pelas fontes de informação, seja em entrevistas formais ou informais, ou o *off the records*, como é classificada a informação à qual não se atribui identificação, preservando, assim, o sigilo e a identidade das pessoas ou órgãos envolvidos.

### **A análise de conteúdo na mídia impressa do ABC**

Na análise de conteúdo das matérias publicadas, no período, é perceptível o descolamento entre o que é comunicado pelas entidades de classe - no caso a CUT e o Sinpro ABC, e o que é divulgado pelos jornais. Embora, haja a análise quantitativa, que fornece dados numéricos para aferição do número de matérias publicadas, faz-se necessária uma análise qualitativa, que traga à luz da objetividade científica a possibilidade de avaliar como se dá a apuração do fato nas redações, a partir de *releases* e comunicados dirigidos à imprensa.

Fonseca Junior (2015, p.285) destaca que a análise de conteúdo encontra-se “em vários enfoques de pesquisa nos diversos campos do conhecimento, como a psicologia,

história e comunicação”. O autor também verifica que há uma tendência crescente de sua utilização no campo do ativismo político. Ele também afirma que uma mesma mensagem pode ser analisada de diferentes maneiras e isto depende da metodologia utilizada, bem como das inferências abordadas.

Na análise realizada para este artigo, constatou-se que apesar dos esforços contínuos de divulgação via *web*, redes sociais e por meio dos canais oficiais da CUT e de todas as centrais sindicais a ela filiadas, durante o período de 28 de março a 30 de abril de 2017, o noticiário veiculado pela imprensa local não respondia às questões centrais da realização da greve geral, em um contexto histórico, político, econômico e social.

### **Quadro 1 – Questões não respondidas pela mídia impressa do ABC**

---

“Qual é o saldo da Previdência no cenário atual?”

“Um novo patamar para os cálculos da aposentadoria, com a mudança nas faixas etárias, mais o período de contribuição, são suficientes para cobrir o ‘rombo’ que o governo alega? Há uma estimativa de tempo?”

“Para onde foram destinados os valores do saldo da Previdência?”

“A conta apresentada à população corresponde somente aos pagamentos de benefícios, como é apresentado pelo Governo e explorado pela mídia?”

---

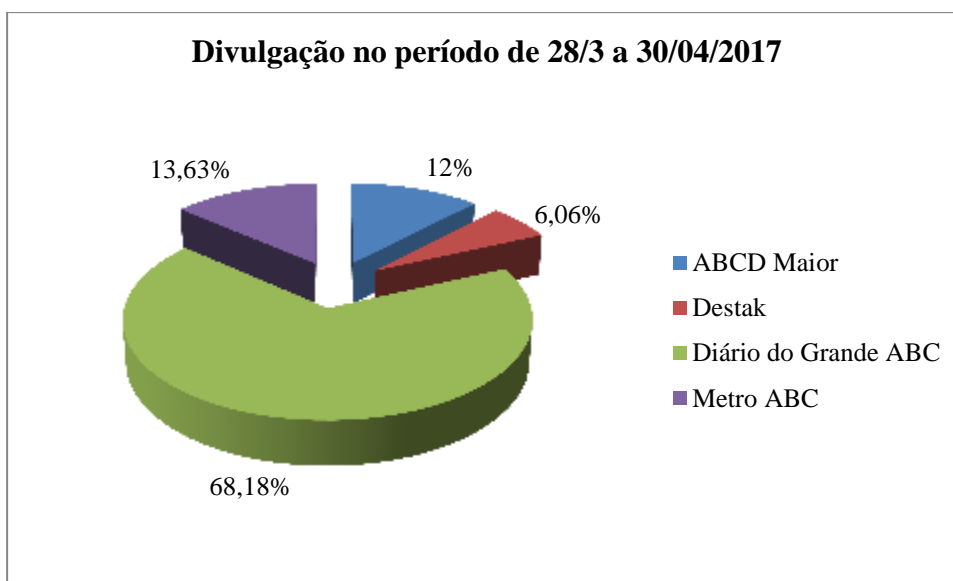
Fonte: Autor

Bardin (1977, p.38) relata que as informações provenientes dos conteúdos podem ser de natureza psicológica, sociológica, histórica, econômica. Segundo a autora, o objetivo de uma análise de conteúdo é “a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção... inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)”.

### **A mídia impressa e a incoerência do discurso**

No total, foram contabilizadas 66 notícias, sendo 45 veiculadas pelo Diário do Grande ABC; nove pelo Metro ABC; oito publicadas no ABCD Maior e quatro no jornal Destak. Deste volume de textos, somente treze referem-se à primeira paralisação contra as reformas previdenciária e trabalhista, ocorrida em 31 de março, com maior enfoque para a paralisação dos professores, que optaram por aderir à greve geral, marcada para o dia 28 de abril.

**Figura 3. Total de matérias divulgadas no período**



Fonte: autor

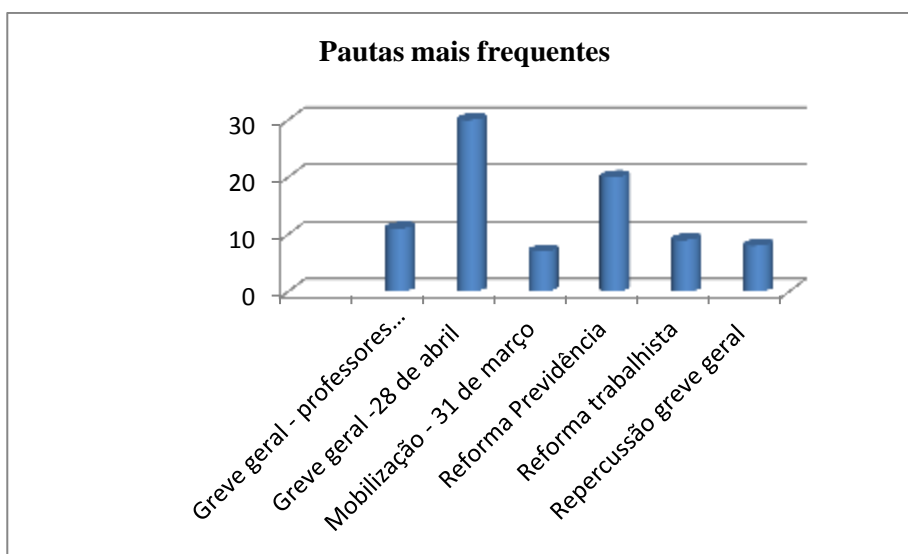
No caso dos textos jornalísticos, observa-se que aqueles com enfoque em reformas trabalhista e previdenciária, pautaram-se pela visão do governo, sendo incisivos na necessidade de realizar a reforma, sem elucidar o leitor sobre o real panorama do setor. Os textos ativeram-se a cálculos para aposentadoria, bem como períodos de contribuição pelo trabalhador, mas não situavam o leitor sobre questões econômicas, históricas e políticas que levaram à votação da reforma.

O Diário do Grande ABC, por sua vez, abriu espaço à publicação de dois editoriais antagônicos, um contra e outro favorável à reforma, sob os títulos “Reforma da Previdência: necessária”, em 05/04/17, que trouxe números que não estão presentes nas reportagens, e “Até quando pagaremos a conta?”, em 10/04/2017. Ambos tiveram o mesmo espaço e foram publicados à página 2, do Caderno de Política, juntamente dos editoriais do veículo.

No geral, encontram-se vinte e sete matérias, representando 40,9% do total, com enfoque nas mudanças a serem promovidas pela PEC 287/2016, da qual versa a reforma previdenciária, mais a reforma trabalhista, dezessete (25,7%) tratavam da mobilização para a greve geral do dia 28 de abril; enquanto onze (16,6%) destacavam a categoria dos professores no contexto da paralisação. Destas últimas, duas reportagens reproduziram conteúdo de agências de notícias da capital paulista e trouxeram depoimentos de estudantes e de pais de alunos avessos ao movimento de greve e, especificamente, à paralisação dos professores, enquanto quatro citavam diretamente os professores da

região do ABC, alertando o leitor sobre a não realização das aulas nos colégios particulares.

Figura 4. Pautas mais frequentes na mídia



Fonte: autor

Nota-se também que desde o período em que foi anunciada a greve, no período de 28 de março a 24 de abril de 2017, em todos os dias que se seguiram à campanha promovida pelas entidades de classe, juntamente com a CUT, os periódicos não deram destaque ao chamamento à greve geral, fazendo alusão ao tema Previdência e à lei de terceirização, aprovada mesmo durante o movimento de paralisação. Somente a partir do dia 26 de abril, os jornais deram ênfase à paralisação geral, com enfoque na prestação de serviços, informações sobre quais setores da economia não estariam em funcionamento, como transportes, serviços públicos, instituições financeiras, escolas públicas e particulares.

Uma das matérias em destaque, “Professores particulares aderem à greve contra as reformas e pais se revoltam”, publicada no dia 26 de abril, no Diário do Grande ABC, divulgou a decisão de cem colégios da Capital, de parar no dia 28 de abril, ante os 4,5 mil estabelecimentos de ensino particulares, o que gerou a insatisfação dos pais, como segue: “Estão impondo um posicionamento ideológico e arrastando todo o corpo discente junto”, dizia uma mãe<sup>11</sup> de aluno. Houve vários depoimentos de pais contrários à paralisação, argumentando que também ficariam em situação delicada, devido a não ter com quem deixar as crianças para trabalhar.

<sup>11</sup> Os nomes dos entrevistados, que foram personagens nas referidas matérias, não serão citados neste artigo.

A segunda matéria, publicada em 27/04/2017, sob o título “Em carta, alunos rebatem decisão de professores de aderir à paralisação”, retratava a carta assinada por treze alunos do Colégio Santa Cruz, em São Paulo, que reconheciam “o direito à greve e à livre manifestação de ideias”, porém, eram contrários ao posicionamento de professores que decidiram aderir ao movimento.

Em contrapartida, o jornal ABCD Maior foi aquele que mais noticiou a adesão por parte da maioria das categorias envolvidas na greve anunciada para o dia 28 de abril. Às vésperas da paralisação, o jornal divulgou panorama fornecido pelos sindicatos dos ferroviários, professores, rodoviários, bancários, metalúrgicos sobre a adesão das categorias e o posicionamento do Sindicato dos Professores, porém, com conteúdo desenvolvido por agências da capital e não com informações das redações locais.

### **Considerações finais**

As matérias analisadas trazem conteúdo semelhante, no que se refere à paralisação. Isto é, não chegam a se aprofundar sobre as questões que levaram as Centrais Sindicais a se aglutinarem em torno da mobilização para uma greve geral em todo o País. Textos sobre as reformas da previdência e trabalhista fixam-se nas regras de aposentadoria e nas relações de trabalho que as pessoas inseridas no mercado formal terão caso a PEC 287 seja aprovada integralmente.

O Diário do Grande ABC, com maior volume de matérias, repercutiu as reformas da previdência e trabalhista com maior ênfase, porém, sem dar respostas às questões colocadas neste artigo. Também não foi pauta do veículo esclarecer ao público o porquê da paralisação, como foi informado pelas centrais sindicais, em comunicados prévios, bem como a inserção das categorias locais de profissionais, em específico a dos professores. Em matérias que citavam os professores, houve a reprodução de agências de notícia da capital paulista, que, em sua maioria, não refletiam a realidade local.

Quanto aos jornais gratuitos, Destak, Metro ABC e ABCD Maior, trataram de focar a paralisação, sob o ponto de vista do usuário/cliente de serviços públicos e privados, informando o que estaria em funcionamento na data vigente da greve geral, o que pode ser atribuído às redações estarem fora da região analisada, concentrando-se na capital paulista, o que tornou as coberturas sem profundidade.

Diante do resultado obtido na análise de conteúdo das informações jornalísticas divulgadas pelos veículos de comunicação “impressos” no ABC paulista, se confirma a

crítica feita pela direção executiva do SINPRO ABC, quanto a hegemonia da mídia na informação da notícia e desinformação política, econômica e social que os veículos de comunicação da região noticiaram os fatos e analisaram os efeitos nocivos das reformas previdenciária e trabalhista, não somente à categoria dos professores das escolas particulares da região, mas a todos os trabalhadores.

A falta de profundidade impossibilita que os leitores tenham uma leitura mais apurada e possam, a partir da cobertura jornalística, ter elementos sólidos à formação de opinião, que os levasse a mobilizarem-se a partir da informação recebida. As matérias evidenciam uma repetição de pautas, temas inexplorados, falta de abrangência para a compreensão do contexto político-sócio-histórico-cultural, a partir de uma comunicação de interesse público.

## REFERÊNCIAS

ANTOLINI, M.C.; REBOUÇAS, E. Os âmbitos comunicacionais nos movimentos sociais. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 25., 2016, Goiânia. **Anais eletrônicos...** Goiânia: UFG, 2016. Disponível em: <[http://www.compos.org.br/anais\\_texto\\_por\\_gt.php?idEncontro=MjU=](http://www.compos.org.br/anais_texto_por_gt.php?idEncontro=MjU=)>. Acesso em: 23 jun. 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977. p. 38.

DUARTE, Jorge. **Comunicação Pública**. São Paulo: Atlas, 2007. Disponível em: <<http://www.jforni.jor.br/forni/files/ComP%C3%BAblicaJDuartevf.pdf>>. Acessado em: 11 jun. 2017

FONSECA JUNIOR, W.C. Análise de conteúdo. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (org.) **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2015. 2.ed. Cap. 18. p. 280-304.

KOÇOUSKI, Marina. Comunicação Pública: construindo um conceito. In: MATOS, H. (org.). **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2013, p. 45.

McQUAIL, Denis. **Atuação da mídia: comunicação de massa e interesse público**. Porto Alegre: Penso, 2012.

MORAES, Denis. Comunicação Virtual e Cidadania: movimentos sociais e políticos na Internet. In: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. Vol. XXIII, n.2, jul/dez. 2000, p. 142-155. Disponível em:

<<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/16072-16073-1-PB.pdf>>.

Acessado em: jun. 2017.

OLIVEIRA, Maria José da Costa. Comunicação organizacional e comunicação pública. In: MATOS, H. (org.). **Comunicação pública**: interlocuções, interlocutores e perspectivas. São Paulo: ECA/USP, 2013. p. 15-28.

PERRY, Anne G. e POTTER, Patricia A. **Fundamentos da Enfermagem**. Tradução Mayza Ritomy. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. p. 327.

QUEIROZ, Antonio Augusto. **Para que serve e o que faz o movimento sindical**. Série Educação Política do DIAP. Brasília: DIAP, 2017. 80 p.

SILVA, Dario. Antonio Gramsci e o conceito de hegemonia. **Blog do Diário**. Disponível em: <<https://dariodasilva.wordpress.com/2012/11/30/antonio-gramsci-e-o-conceito-de-hegemonia1/>> Acessado em jun. 2017.